

ESPERANÇA, UTOPIA E REALIDADE NA DINÂMICA POLÍTICA

Maurício Dias David

¹ O Rio de Janeiro constitui um caso à parte, na medida em que o governo Chagas Freitas (originalmente do antigo MDB, depois do PP e finalmente do PMDB) era, pelo menos do ponto de vista formal, um governo de "oposição" ao sistema federal.

Quinze meses de exercício governamental nos estados dominados pela oposição a partir de 1983¹ representam uma oportunidade propícia para uma avaliação do até agora realizado e um balanço dos fatores positivos e negativos alcançados.

O Rio de Janeiro apresenta, por uma série de motivos, características especiais para este balanço. Estado de tradição libertária e oposicionista, verdadeira caixa de ressonância com capacidade de espriar ao restante do país os acontecimentos políticos que aí ocorrem, o Rio de Janeiro — e especialmente a cidade do Rio de Janeiro, ex-capital federal que conservou um "quê" de cosmopolitismo e de desinteresse pelas questões provincianas locais — ainda conserva algo do mais caracteristicamente irreverente da cultura brasileira. Construtores e destruidores de mitos — ainda que efêmeros como a última moda do verão —, somente os cariocas seriam capazes de, pondo de lado o conservadorismo interiorano do fluminense, fazer vitorioso em 1982 um candidato desprovido de recursos e transformá-lo em símbolo da contestação ao regime de dezoito anos. Leonel Brizola, com todo o seu carisma e capacidade de comunicação popular, foi este símbolo na campanha de 1982. Estará o tempo — este devorador de mitos e símbolos — deglutindo inexoravelmente sua capacidade de resistência ao desgaste do poder? O que restou, nestes quinze meses de governo, dos sonhos e utopias da campanha? Este governo, que se propunha a levantar as bandeiras redentoras do socialismo democrático, está condenado irremediavelmente ao fracasso histórico do populismo? A discussão destas questões é o propósito básico deste texto, produto das reflexões que intencionalmente não

pretendem despojar-se da imersão neste processo político e social.

Os antecedentes da reestruturação do trabalho e da sua renovação

As condições da ascensão de Brizola ao governo do Rio de Janeiro já são parte da História e desnecessária seria uma recapitulação minuciosa: herdeiro da tradição trabalhista que tem no 2º governo Vargas e na carta-testamento os seus paradigmas básicos, Brizola retornou ao Brasil em 1979, após quinze anos de exílio, visando reconstruir o movimento político que tivera, no governo João Goulart, a sua fase de auge e apogeu. Uma das principais vítimas do movimento de 1964, o trabalhismo pagou um preço elevado pela sua opção nacionalista e de defesa das reformas de base e da justiça social expressados com vigor no período Goulart. Esmagado politicamente pela repressão e sufocado pela camisa de força do bipartidarismo imposto a partir de 1965, esta importante força política e social de notável trajetória ascendente no *ancien régime* metamorfoseou-se com outras características e submergiu dentro do novo quadro partidário imperante.

Brizola nunca duvidou da força e da permanência da idéia trabalhista na memória popular. Catapultado pelas circunstâncias históricas já conhecidas para um cenário internacional diferente do exílio uruguaio — por muitos motivos uma extensão do solo gaúcho e necessariamente atraente à convivência com os problemas deste Estado — o político gaúcho que havia tomado uma extraordinária dimensão nacional em toda a década de 60 e que posteriormente quase que voltara suas preocupações para a política local do seu Estado natal, vê surgir

na sua vida política uma dimensão até então desconhecida: torna-se personalidade política de importância num plano internacional que valorizava, cada vez mais, o papel que o Brasil tende a desempenhar no mundo moderno. A sensibilidade política de Brizola estava em condições de promover, então, um encontro histórico de novas proporções: o trabalhismo histórico identificava-se com as idéias modernas da social-democracia que, mesmo velhas de um século na Europa, a ele davam o conteúdo ideológico vivificador e uma expressão de modernidade. Trabalho (de Vargas e Jango, do velho PTB) + Social-Democracia (européia moderna) = Socialismo Democrático Moreno, eis a equação básica com que, com paciência e argúcia infinitas, dispõe-se Brizola a trabalhar para a (re)construção de um grande movimento político para o Brasil pós-anistia. A definição do trabalhismo como "o caminho brasileiro para o socialismo" representa a pedra angular do pensamento político de Brizola e uma espécie de centro aglutinador das diferentes correntes que, aceitando sua liderança pessoal e motivadas por sua capacidade excepcional de comunicação popular, juntaram filas na reconstrução do movimento trabalhista no Brasil.

Da mesma maneira com que Brizola sempre acreditou na força e na presença de Vargas e do trabalhismo na memória dos trabalhadores — que não poucas resistências e ceticismo encontrou por parte da sua nova assessoria formada pelos jovens intelectuais que cativou no exílio —, da mesma maneira com que se manteve agarrado à idéia fundamental da permanência do trabalhismo, Brizola tem dado demonstrações de que o componente socialista democrático veio para ficar no seu pensamento político. Os que pensam que o episódio da perda da sigla PTB para o grupo liderado por Ivete Vargas foi produto de disputas por espaços de lideranças personalistas, não percebem o quanto foi decisiva naquele quadro a compreensão de Brizola de que o trabalhismo ou seria socialista e democrático, ou estaria condenado a trair os interesses fundamentais do povo.

Este conceito de *povo*, aliás, constitui outro componente fundamental da matriz ideológica do trabalhismo na sua atualização socialista democrática. Com efeito, o PDT — sucedâneo legal da tentativa frustrada de reconstruir o ve-

lho PTB sob liderança autêntica —, à diferença dos partidos europeus clássicos de corte socialista ou social-democrata, não toma como referência básica o sindicalismo organizado. A visão de um interesse popular mais genérico e a pretensão, inclusive, de representar os interesses dos marginalizados, isto é, de uma ampla camada da população brasileira, talvez até majoritária, mas que se encontra desprovida da proteção derivada da inserção no setor moderno da economia.² Aos marginalizados econômica e socialmente viriam somar-se, em termos do programa do PDT, as minorias-maiorias da sociedade; negros, crianças, mulheres.

O movimento trabalhista renovado com as idéias socialistas se constituiu, assim, no Brasil, com pretensões sérias de representar um caminho novo e também inovador para a transformação da sociedade. Percalços do caminho, no entanto, o levaram a ter expressão política localizada no Rio Grande do Sul — berço do trabalhismo histórico e onde Brizola exercia liderança de forte apelo popular — e no Rio de Janeiro, cidade de tradição oposicionista e vocação à irreverência que Brizola escolheu como *locus* da sua atividade política principal do retornar do exílio.

A campanha eleitoral de 1982 no Rio

É por demais conhecido que o PDT e Brizola realizaram, em um curto espaço de apenas seis meses, uma arrancada fulminante que conduziu à eleição vitoriosa dos que, inicialmente, não detinham mais que 5% nos índices de opinião pública. O mais extraordinário do fato reside em que a campanha realizou-se com notória escassez relativa de recursos e contra duas poderosas e azeitadas máquinas eleitorais, aparentemente invencíveis porque escudadas em substanciais recursos financeiros e estruturadas em base ao poder político solidamente implantado.

Fatores vários explicam a *aceleração* desta arrancada eleitoral: o caráter predominantemente urbano do Estado³, o papel dos debates na TV, a divisão de votos entre quatro candidatos fortes. Mas os dois fatores básicos desta *dinâmica* eleitoral foram, por um lado, a mensagem de renovação e de contestação, nos planos federal e estadual, dos candidatos do PDT e, por outro lado, a ine-

² Neste sentido, PT e PMDB estariam mais próximos do figurino clássico europeu — o primeiro por sua forte composição sindicalista, e o segundo por assemelhar-se, em termos de composição de classe, aos partidos social-democratas contemporâneos.

³ Aproximadamente 50% do eleitorado concentrado na cidade do Rio, 25% na Baixada Fluminense (cidades dormitório da periferia) e 25% no interior (incluindo as cidades médias).

gável capacidade de comunicação e de fascínio carismático do candidato Leonel Brizola.

A candidatura Brizola chegou à população como uma brisa de renovação moral e política. Favoreceu-a, até certo ponto, a sua própria fragilidade organizacional e financeira. A ausência de faixas e cartazes, contraposta à plétora de propaganda dos adversários poderosos, passou de fraqueza a força a partir de determinado momento: a saturação da opinião pública passou a ter resultados contraproducentes e o defensor dos pobres e humildes, desenvolvendo uma campanha pobre e humilde ela mesma, obteve habilmente a simpatia popular que acompanhava a luta dos fracos contra os fortes. O rompimento do senador Roberto Saturnino com o esquema de dominação "chaguista" do PMDB e sua adesão ao PDT deram à campanha de Brizola e Darcy Ribeiro o tom de credibilidade necessário para galvanizar o apoio decisivo de parcela da classe média. Mas fator fundamental foi também o profundo sentido de que Brizola estava imbuído da carência popular por proteção e da necessidade e ansiedade por identificar um líder que demonstrasse claramente que, depois de dezoito anos de autoritarismo, as massas trabalhadoras iriam encontrar quem as protegesse e amparasse, quem por elas demonstrasse preocupação e interesse.

Curiosa situação esta. . . Aquele movimento que acendia no coração dos oprimidos a chama da esperança e da transformação, corria o risco de ver-se prisioneiro da tentação do populismo. Aquela liderança que plantava no coração dos jovens a semente da construção de um mundo novo, podia ver-se condenada a repetir os erros do passado. As mesmas forças que se propunham à renovação e à transformação sentiriam a pressão imobilizadora da rotina e das mordomias derivadas do usufruto do poder. Mas não são estas as provas por que têm que passar os que pretendem desempenhar um papel na história?

Governo e poder

Poucos governos assumiram envolvidos por tantas expectativas quanto o de Brizola, no Rio de Janeiro. A projeção nacional da sua vitória foi quase que instantânea, seu impacto multiplicado ainda pelo episódio da tentativa de fraude executada pela Proconsult. O fenô-

meno do Rio adquiriu foto nacional. As pesquisas passaram a indicar que, no país como um todo, poderia repetir-se o acontecido no Rio: o carisma de um líder popular e as expectativas por ele despertadas poderiam, numa eventual eleição, suplantam as máquinas eleitorais e partidárias, consolidando uma maioria em torno de uma nova liderança. Nestas condições, o desempenho administrativo e político do novo governo do Rio de Janeiro passou a ter uma importância especial, decisiva provavelmente para a consolidação ou a frustração destas expectativas.

Evidentemente quinze meses iniciais não constituem base para avaliação de uma gestão de governo: tudo é possível de ser mudado, o difícil processo de conhecimento e adaptação às asperezas e sinuosidades da máquina e do aparelho de Estado está apenas em fase de completar-se, a dura nova realidade acaba de confrontar-se com o sonho e a esperança. No entanto, neste período de tempo já está irremediavelmente assentado o curso de um governo, suas bases de atuação, sua orientação fundamental. Mais além da volubilidade das pesquisas de opinião pública, as esperanças e as frustrações começam a ser colocadas nos pratos da balança política e se delineia, em consequência, o perfil de uma administração.

Como estabelecer os critérios de avaliação? Se é verdade que a prova do bolo está em comê-lo, a avaliação política de um governo passa necessariamente pelos seus resultados na satisfação das aspirações populares. E também pelo sentimento de identificação ou rechaço do comum dos cidadãos com os objetivos da política governamental.

A avaliação política dos quinze primeiros meses do governo Brizola apresenta, como seria de se esperar, prós e contras nos mais diversos aspectos.

O resultado mais notável obtido até agora refere-se, inegavelmente, a uma maior abertura do governo, e em consequência do aparelho de Estado, ao contato com o povo. Houve indubitavelmente uma sensibilização maior do núcleo central do governo para os problemas e necessidades da população, provocando a derrubada das barreiras convencionais que habitualmente cerceavam o acesso popular aos locais do poder. O Palácio Guanabara é hoje um dos locais públicos de mais fácil acesso, palco constante de

manifestações reivindicativas e por onde se pode circular quase sem restrições.⁴ Os secretários de Estado e municipais e demais altos funcionários, ainda que tentados freqüentemente a refugiar-se nos gabinetes refrigerados, não têm condições políticas de "banciar" um comportamento de afastamento ou de recusa a receber manifestantes ou peticionistas. Em geral, se conversa mais, se dialoga melhor, ainda que com freqüência a iniciativa tenha que partir do outro lado e não dos elementos do governo. Se bem que parte deste comportamento distinto se explica pelas novas regras do jogo político derivadas do processo de abertura, é inegável que existe toda uma relação poder-governo-povo substancialmente diferente da que prevalecia nos governos anteriores.

Esta relação mais aberta, embora ainda não inibindo plenamente a timidez dos executivos do 1.º e 2º escalão em agilizar a resolução de problemas nas áreas de suas responsabilidades, faz pelo menos com que exista um elevado grau de resposta à mobilização da população — os setores que se manifestam sabem onde chegar e com quem negociar e a experiência tem demonstrado que o governo, como um todo, é bastante mais suscetível à pressão popular.

O quadro anterior, amplamente favorável no que se refere à dessacralização dos aparelhos do poder, se vê obscurecido pela insuficiente transparência que ainda persiste a nível de ação do governador como autoridade pública máxima no Estado. O fato de não se dispor de uma agenda tornada de conhecimento público antecipadamente, a dificuldade derivada de os despachos e o controle da ação administrativa se fazerem a partir de lugares diferentes e nem sempre de conhecimento geral, a visibilidade dificultada pela não existência de canais para audiências coletivas ou de agendas regulares de atendimento público, contribuem para anular em parte os resultados altamente positivos com a maior acessibilidade do povo à casa do poder. A extensão dos direitos de cidadania, com a valorização humana em especial das camadas pobres, marginalizadas e faveladas da população — seus integrantes habitualmente considerados no passado cidadãos de segunda classe — é também, por outro lado, um dos resultados mais valiosos derivados da nova situação governamental. O habitante da favela ou

da periferia não teme hoje, como no passado (ou pelo menos teme em menor grau) que a polícia entre em seu barraco colocando abaixo a porta a pontapé e atirando a torto e a direito. Fatos como estes ainda podem ocorrer, mas tendem a ficar cada vez mais como exceções. As camadas mais humildes da população, majoritárias mas oprimidas no seu cotidiano, estão podendo começar a sentir os efeitos positivos da valorização dos seus direitos de cidadania. Quem teve oportunidade de provar o sentimento da respeitabilidade não vai querer voltar à situação de submissão que antes prevalecia. Quando se fizer o balanço definitivo do governo Brizola, esta será provavelmente uma das suas páginas mais belas.

No plano administrativo, o governo do Estado vem se ressentindo duramente do verdadeiro bloqueio, por parte do Governo Federal, no que se refere à concessão de verbas e repasses. É bem sabida a situação de excessiva concentração em mãos federais dos recursos derivados da arrecadação tributária. De uma maneira geral, os estados e municípios vivem uma situação de extrema penúria, praticamente obrigados à espera da benevolência das autoridades de Brasília. Sendo este mecanismo um dos instrumentos mais efetivos de controle ainda em mãos do regime, seria inevitável a sua aplicação rigorosa em contra do governo do Estado do Rio de Janeiro. A estratégia de Brizola, no começo de sua administração, foi tentar aproximar-se do presidente Figueiredo, assim como um pugilista recorre ao artifício do abraço no adversário para livrar-se dos seus golpes. Paralelamente, Brizola tentou estabelecer uma aliança partidária com a bancada do PDS, a nível estadual. Ambas tentativas fracassaram e o Rio de Janeiro sofreu particularmente a virulência da hostilidade federal. Os dados disponíveis indicam que, mesmo em comparação com os outros estados administrados pela oposição, o Rio foi tratado com excessivo rigor. Projetos os mais prioritários sofrem tramitações intermináveis, seja na área do saneamento e obras públicas, seja em tentativas imaginosas no campo da habitação popular como o programa "Cada Família, um Lote". Mesmo o giro da dívida estadual, de absoluta necessidade inclusive do ponto de vista da política econômica de Brasília, recebeu tratamento severíssimo no caso do Rio, em comparação mesmo com Minas ou São

⁴ A excessiva liberdade de movimentação no interior do Palácio Guanabara tem levado o governador a usá-lo, ultimamente, somente em ocasiões excepcionais, preferindo usualmente despachar em sua própria casa ou no Palácio Laranjeiras, de mais difícil acesso.

Paulo. O problema da dívida do metrô, pesada herança que onera dramaticamente as finanças estaduais, também não encontrou facilidades para a sua resolução.

Ante tal quadro, Brizola optou por uma administração financeira de austeridade draconiana. Não houve quem faltasse a apontar o caráter talvez até conservador da política implementada, mais próxima aos padrões de austeridade tipo modelo FMI do que às expectativas pós-keynesianas ou kaleckianas que naturalmente seriam de esperar a partir dos paradigmas do trabalhismo socialista. Resta perguntar se havia outra opção. Possivelmente não, uma vez que se ponha de lado aspectos pitorescos tais como os cortes de telefones, xerox e gasolina como tratamento do déficit público. A política de saneamento das finanças estaduais, executada talvez com a perícia mais típica dos açougueiros do que com a habilidade dos cirurgiões plásticos, já começa a dar seus frutos. O Estado dispõe agora de recursos em caixa, e, pela primeira vez, um plano de investimentos poderá ser implementado.

Será possível então, no quadro financeiro saneado, que o governo possa mostrar efetivamente a que veio. Durante todo o ano de 1983 e boa parte de 1984 a administração Brizola foi acusada pela oposição de ser "um governo de uma obra só" (referindo-se à construção do sambódromo, duramente causticada pela grande imprensa e por setores da opinião pública). O governo se prepara agora para desfechar uma ofensiva no campo das obras públicas, especialmente na área que escolheu como a sua prioridade máxima: a educação.

O Programa Educacional do Governo, anunciado ainda de forma desordenada e com parcimônia de informações, carrega, no entanto, a magnificência com que Darcy Ribeiro costuma caracterizar as suas ações. Inicialmente restringido ao imaginoso e interessante, embora limitado, projeto "Mãos à Obra nas Escolas" (voltado para a recuperação dos prédios escolares com base no apoio e mobilização da comunidade), o governo anuncia sua intenção de construir cerca de 4.000 salas de aula até 1986. A primeira etapa do programa prevê a construção, em ritmo Brasília, de 360 escolas em apenas seis meses (150 creches, 150 escolas para áreas carentes e 150 centros integrados de educação). É evidente a vontade de impactar a opinião pública ao

disparar um programa deste tipo para realização em apenas seis meses. Prevê-se até a construção de uma "fábrica de escolas" (fábrica de estruturas pré-moldadas) em plena av. Presidente Vargas, uma das ruas centrais do Rio de Janeiro. Uma vez mais pode-se criticar o estilo, mas não a prioridade ou importância do que se propõe.

A idéia em si dos centros integrados de educação (também chamados "escolões") corresponde a um dos pontos principais da campanha eleitoral de Brizola e Darcy e, concretizada, estará destinada a ter um grande impacto junto às comunidades carentes. Nas palavras de Darcy Ribeiro, trata-se de proporcionar às populações carentes "uma idéia concreta do que podem aspirar" em termos de qualidade e dimensão de infra-estrutura educacional. Estes centros terão salas ambiente, ginásios para educação física e, eventualmente, até piscinas. Espera-se que as crianças aí façam três refeições por dia e voltem às suas casas de "banho tomado". Se esta mudança programada na qualidade e extensão da infra-estrutura educacional vier a ser complementada, no futuro, por um esforço no sentido de mudar também a qualidade do ensino ministrado (setor onde os resultados têm sido bastante modestos), o período atual será considerado um verdadeiro ponto de inflexão em matéria de educação pública estadual e municipal.

Uma debilidade do governo que cada dia se faz mais evidente, por outro lado, está relacionada com o baixo grau de capacidade de antecipação dos acontecimentos que este tem demonstrado. Os problemas freqüentemente explodem sem que o governo, através dos seus órgãos técnicos ou de sua sensibilidade política, tenha podido detectar oportunamente a gravidade da situação. Exemplos não faltam; desde os problemas de abastecimento alimentar que proporcionaram o caldo de cultivo para os saques aos supermercados em 1983, passando pela dimensão dramática do desemprego, até a eclosão de conflitos sindicais que terminam dependendo da intervenção do próprio governador para a negociação final. A extraordinária capacidade de comunicação e o carisma da figura do governador têm salvado o governo de crises mais graves, obrigando Brizola a utilizar ao máximo a sua capacidade "mágica" de relacionamento com o povão. Mas esta dimensão pessoal também tem seus

limites e a cada dia fica mais evidente que a falta de planejamento, em especial as deficiências derivadas da anulação, por "n" motivos, da capacidade de previsão e antecipação dos eventos, constitui o calcanhar de Aquiles da atual administração. Brizola terá que reformular a sua secretaria de Planejamento e o seu *staff* pessoal, como forma inevitável de organizar com sucesso a parte administrativa de sua gestão e pôr em prática as linhas centrais das transformações que pretende realizar.

O quadro especificamente político da administração tem demonstrado a importância adquirida pela experiência anterior do governador no trato com os problemas da composição política. Apesar de minoritário na Assembléia, Brizola utilizou uma vez mais a técnica da imobilização do adversário — via coalizão com a bancada estadual do PMDB e do PTB — para assegurar um sólido apoio parlamentar que lhe permita a tranquilidade às suas costas. A coalizão em si mesma provocou uma profunda divisão no PDT, até hoje não superada. Com efeito, depois de uma campanha eleitoral feroz em que a tônica havia sido a crítica ao sistema "chaguista", o PDT viu-se ante o dilema de ter que compartilhar o governo com aqueles a quem havia acusado de corruptos e incapazes.⁵ Brizola justificou a necessidade da coalizão pela ameaça de um possível *impeachment*. Real ou não, o fato é que ela tem permitido à sua administração uma relativa tranquilidade a nível da Assembléia, ainda que a custo da introdução de um elemento de incompetência fisiológica no campo administrativo. O futuro da coalizão, no entanto, parece estar fortemente condicionado às perspectivas da eleição de Tancredo ao governo federal. Interessará à bancada do PMDB continuar participando do governo estadual a partir de março próximo ou preferirá as vantagens de uma posição crítica preparatória de uma eventual substituição no poder em 1986? O propósito de mudar a sigla do PDT, possibilitando a transferência de deputados de outros partidos, poderá significar também que o futuro partido faça uma boa colheita na seara peemedebista e torne desnecessária, em consequência, a continuidade da coalizão.

No plano político nacional, a ativa participação do governo do Estado na campanha das diretas representou um ponto claramente favorável junto à opi-

nião pública. O governo do Estado, juntamente com os partidos e os movimentos populares, foi o responsável pela organização do grande comício do dia 10 de abril. A posição que Brizola tem assumido na defesa das eleições diretas tem sido a demonstração de uma extrema coerência política.

Quanto aos problemas e deficiências outras do governo, elas existem e são muitas. A Universidade do Estado (UERJ) está entregue a uma direção superior que significou afastar todas as esperanças de aprofundamento de uma reforma universitária. Há problemas graves de comunicação política a nível das bancadas e também do partido com o governo, assim como de coordenação dos membros da administração entre si. Bolsões de corrupção ainda persistem e, apesar de a degeneração que antes existia estar sendo fortemente combatida, rumores se acumulam de que ela se ampara agora à sombra de figuras conhecidas. A falta de imaginação de elementos-chaves na administração pública supera, muitas vezes, os muitos fatos e ações novos e inovadores que se tenta pôr em marcha. Os males da centralização excessiva são uma realidade.

Fatos como estes, no entanto, não devem obscurecer uma avaliação francamente positiva da ação do governo até agora e dos bons propósitos de que este está imbuído. Realizados os ajustes necessários na parte operativa, os efeitos benéficos poderão ser facilmente multiplicados e adquirir a projeção desejada inicialmente. O governo vai bem, ainda que caminhando muitas vezes com passos tortuosos. No Chile, na época de maiores dificuldades nos tempos de Allende, um cartaz carregado por um operário favelado numa manifestação e escrito com garranchos em papelão, adquiriu notoriedade simbólica de todo um estado de espírito: "*es un gobierno com lios, pero es mi gobierno*". Ainda falta muito para que o povão do Rio de Janeiro considere este governo como o *seu governo*, no sentido pleno da expressão. Mas pelo menos este é o governo mais próximo disto, em termos de identificação com a causa popular, que cariocas e fluminenses já conheceram.

Maurício Dias Davi é professor da PUC/RJ. Membro do Diretório Regional do PDT.

⁵ Vale notar que a "coalizão" se produz com os remanescentes do chaguismo e não com os setores mais avançados do PMDB.